



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5453

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 08/06/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 51/2004. (ALTERADA). Institui o adicional por atividade especial, que poderá ser atribuída ao servidor pelo efetivo exercício de atividades que o exponham ao risco de saúde e/ou à integridade física, e dá outras providências. (Insalubridade). (Referente à Lei nº 3.331, de 23/06/2004, que foi posteriormente alterada pela Lei nº 3.662, de 25/10/2006).

Controle Interno – Caixa: 9.2 **Posição:** 38 **Número de folhas:** 07

Especie: R
Categoria: Diversos
Cl: 9.2
Ordem: 38
nº fls: 04

91/2004



22.06.2004

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

Lei nº 3.331, de 23/06/2004

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Institui Adicional por Atividade Especial, e dá outras

providências.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 08/06/2.004
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - _____
- 4 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - EM 22.06.2004, SALVO EMENDA
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Alterada pela Lei nº 3.662, de 25/10/06



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 - Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

PROJETO DE LEI /2004

INSTITUI ADICIONAL POR ATIVIDADE ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros – MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o adicional por atividade especial, correspondente a até 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, que poderá ser atribuído ao servidor pelo efetivo exercício de atividades que o exponham a risco de saúde e/ou à integridade física.

§ 1º - São consideradas como atividades que expõem o servidor à risco de saúde e/ou à integridade física, o ensejadoras do pagamento do adicional por produtividade especial, apenas as seguintes:

I – as voltadas para o atendimento direto e permanente a pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas ou com distúrbios mentais, ensejadores de internação;

II - funções de necropsia, exumação e sepultamento;

III – obras e atividades relacionadas com o serviço público de esgoto;

IV – manuseio constante de produtos químicos e/ou resíduos sólidos comprovadamente nocivos à saúde;

V – operação de equipamentos radioativos;

VI – coleta de lixo residencial, comercial e industrial.

§ 2º - O servidor que deixar de prestar as atividades acima descritas não fará jus ao recebimento do adicional por atividade especial.

Art. 2º - O adicional por atividade especial não se incorporará ao vencimento do servidor e nem servirá de base de cálculo de nenhuma vantagem garantida por Lei.



Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março do corrente ano.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 04 de junho de 2004.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 09 DE JUNHO DE 2004
Rosario
PRESIDENTE

E LEGAL A CONSTITUIÇÃO

João
Montes

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 22 DE JUNHO DE 2004

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


EMENDA AO PROJETO DE LEI ____/2004 QUE "INSTITUI ADICIONAL POR ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EMENDA:

O Artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 1º - Fica instituído o adicional por atividade especial, correspondente a até 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional, que poderá ser atribuído ao servidor pelo efetivo exercício de atividades que o exponham a risco de saúde e/ou à integridade física."

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 22 de junho de 2004


Lipa Xavier

Vereador do PCdoB

É item e montante


Comp. Art. 5º inciso IV
é rep...


| | |
|--|--|
| PROTOCOLO | |
| <input type="checkbox"/> EXP. | <input checked="" type="checkbox"/> RECEB. |
| 22/06/2004 | |
| HORA: 9:10 | |
| ASS:  | |

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 22 DE JUNHO DE 2004
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 22 DE JUNHO DE 2004

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG.

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros – MG

Montes Claros/MG., 04 de junho de 2004.

Ofício nº.: NAA/038/2004

Assunto Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Consultoria Jurídica


Senhor Presidente,

O Projeto de Lei, que temos a honra de submeter ao elevado exame dos Ilustres Membros da Câmara Municipal, tem por objetivo instituir o adicional de atividade especial no âmbito das atividades exercidas pelos servidores públicos municipais.

A presente proposição pretende instituir o referido adicional, determinando o correspondente percentual até 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional, bem como regulamentando as atividades enquadradas como ensejadoras do pagamento do adicional, atendendo assim aos anseios dos servidores que realizam esta atividade.

Solicitando a aprovação do referido Projeto de Lei, neste ensejo, apresentamos a V. Exa., e aos Ilustres Integrantes dessa Casa Legislativa as expressões de nosso respeito e consideração.

Atenciosamente,


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor

José Maria Saraiva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

NESTA